TL 2422

# discurso proferido na ONU

nov. 78

## NOAM CHOMSKY

DISCURSO PROFERIDO PERANTE A QUARTA COMISSÃO
DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Noam Chomsky

Novembro de 1978

Sr. Presidente, distintos delegados,

Agradeço a oportunidade de discutir o problema de Timor-Leste. Gostaria de começar por clarificar a minha posição pessoal em relação a esse problema.

A minha preocupação não é o Sueste Asiático, antes as sociedades industriais ocidentais, particularmente o meu próprio país, os Estados Unidos da América: a sua política externa, a matriz doméstica donde nasce essa política e a maneira como é interpretada pelos jornalistas e entre os estudiosos. Neste contexto, tenho vindo a preocupar-me bastante ao longo dos anos com o impacto da política americana no Sueste Asiático e noutras regiões. Tenho-me oposto vigorosamente a certos elementos de base desta política e creio que ela é, com frequência, seriamente deturpada no meu próprio país, o que é uma questão de considerável significado, dado que tal deturpação facilita o prosseguimento de programas perigosos e prejudiciais, sem os entraves que uma opinião pública informada pode conseguir e, às vezes, impôr.

Em 7 de Dezembro de 1975, as forças militares indonésias invadiram Timor-Leste e tomaram Dili, a capital, dando assim o primeiro passo importante numa guerra de agressão que tem sido repetidamente condenada pelas Nações Unidas, mas que ainda continua sem tréguas. Os E. U. certamente sabiam da invasão iminente, que tinha sido lar-

gamente prevista na imprensa internacional, era esperada pela Austrália e deu-se imediatamente após a partida do presidente Gerald Ford e de Henry Kissinger duma visita a Jakarta, onde Kissinger dissera intencionalmente aos jornalistas que "os E.U. compreendiam a posição da Indonésia sobre a questão" de Timor.

Embora a Indonésia tenha efectivamente isolado Timor-Leste do mundo exterior, recusando a entrada mesmo à Cruz Vermelha Internacional, apesar disso, têm saído informações indicando que tem havido atrocidades em massa, com estimativas feitas por observadores neutrais, ou mesmo pró-indonésios, de 50 a 100 mil mortos, cerca de 10% da população. Este testemunho é bem comparável em credibilidade com o que se conhece àcerca de outras áreas do mundo fechadas à investigação directa e onde se alega ter havido atrocidades. Voltarei a algumas comparações. Porém, a imprensa americana - e direi mesmo, a imprensa ocidental em geral - tem iludido o assunto, ou então, salvo raras excepções, tem aderido totalmente à posição da Indonésia e do Governo dos E.U., posição essa que foi muito bem expressa pelo congressista J. Herbert Burke, considerado membro minoritário da Sub-comissão para assuntos da Ásia e do Pacífico, quando escreveu que é "do interesse de todos nós enterrar o assunto de Timor rápida e completamente".

A cada ponto crucial, o Governo dos E.U., com a imprensa fielmente a reboque, tem negado ou encoberto as atrocidades cometidas pelo seu aliado indonésio e tem tomado a posição de que quaisquer acções menores menos próprias, que tenham ocorrido no passado, são agora um assunto passado à História e não tem neste momento qualquer utilidade pôr em questão o controle da Indonésia sobre Timor-Leste. Como resultado, os E.U. e os seus aliados têm podido colaborar nos massacres e na repressão em Timor-Leste, fornecendo à Indonésia o apoio material de que necessita para prosseguir a contínua guerra de agressão e ainda o apoio ideológico que lhe permite fazê-la praticamente em segredo. Quero tornar a frisar o significado da cumplicidade da imprensa nestas atrocidades, desconhecidas de um público que poderia ser suficiente despertado pelos factos a ponto de impedir os Governos das democracias industriais de dar a sua contribuição decisiva àquilo que Shepard Forman, um antropólogo que trabalhou em Timor, descreveu nas audiências do Congresso como o "aniquilamento de gente simples da montanha". Quero salientar também que isto não é história antiga. Há poucas semanas atrás, um grupo de australianos que entrou no porto de Dili num iate danificado, viu "fragatas, barcos de patru-

lha, lanchas abarrotando com soldados indonésios e muitos aviões e helicópteros", ouviram explosões à distância e "ficaram sem dúvidas de que Dili era ainda uma zona de guerra" (Camberra Times, 20 Out. 78). O esforço da Indonésia para suprimir o movimento de independência de Timor-Leste continua com o apoio das democracias industriais. Esta questão tem grande importância, mesmo para além de Timor.

De acordo com uma declaração recente da UNESCO sobre organizações noticiosas, "os meios de comunicação de massas em todo o mundo" contribuem efectivamente para a promoção dos direitos humanos, particularmente dando expressão aos povos oprimidos que lutam contra o colonialismo, neo-colonialismo, opressão estrangeira e todas as formas de discriminação racial e opressão e que não conseguem ser ouvidas dentro dos seus proprios territorios". O exemplo de Timor-Leste é um dos muitos que demonstram como essa visão está bem longe da realidade. A submissão dos meios de comunicação de massas tem deixado o público em geral na ignorância dos massacres em Timor-Leste e da cumplicidade directa dos E.U. e dos seus aliados. Assim, longe de dar expressão aos povos oprimidos, os "mass media" dos países ricos e desenvolvidos participam efectivamente na continuação da opressão e das violações graves dos direitos humanos.

Sr. Presidente, distintos delegados,

Gostaria agora de rever os factos históricos mais importantes e a sua distorsão sistemática pelas principais potências ocidentais e pela imprensa complacente, concentrando-me nos E.U., embora eu saiba que as coisas pouco diferem noutros lados, com excepção da Austrália.

Timor-Leste nunca fôra incluído nos limites coloniais ou post-coloniais da Indonésia e, como aponta Forman, "influências indo-javanesas e islâmicas são praticamente inexistentes." Ele observou que, após a Segunda Guerra Mundial, os habitantes das montanhas "proclamaram repetidas vezes o seu direito à auto-determinação" e receberam com satisfação os sinais de independência que se seguiram à revolução portuguesa de 1974. Logo após Portugal ter anunciado que seria dada a independência às antigas colónias, a pequena elite de Timor formou vários partidos políticos, os mais importantes dos quais foram a UDT e a FRETILIN. O estudo das Nações Unidas Descolonização refere que, embora a UDT tivesse sido inicialmente considerada como o partido mais influente, "a sua falta de políticas positivas, as suas ligações com o antigo regime, bem como a sua relutância inicial em apoi

ar a meta final da independência levou muitos dos seus partidários a passarem a apoiar a FRETILIN, a qual, em princípios de 1975, era geralmente considerada como sendo o maior partido do território". Em Agosto de 1975, a UDT preparou um golpe, provavelmente com a cumplicidade da Indonésia, iniciando uma guerra civil sangrenta que terminou ao fim de algumas semanas com a vitória completa da FRETILIN. O estudo das Nações Unidas fazia uma estimativa de dois a três mil mortos. Quanto a estes números, é de notar que os E.U., quando vieram a lume notícias das atrocidades cometidas pelos indonésios, tentaram reivindicar que muitas das mortes tinham sido vítimas da guerra civil.

O manuseamento dos relatórios feitos pelos primeiros visitantes estrangeiros após a breve guerra civil, dá-nos uma visão reveladora de como desde então se tem processado a manipulação da informação nos E.U. Em 4 de Setembro, o New York Times publicou uma reportagem de Gerald Stone, que foi descrito como sendo aparentemente "o primeiro jornalista a entrar desde o início dos combates". A história do Times era na realidade um arranjo duma reportagem maior publicada pelo London Times (2 de Setembro). As modificações são instrutivas.

Stone tentou verificar as notícias de destruições e atrocidades em larga escala, atribuidas principalmente à FRETILIN pela propaganda indonésia e pela cobertura noticiosa nela baseada, então e agora. A sua conclusão principal foi a de que as notícias de destruição eram muito exageradas e que"muitas das notícias dadas ao público durante as duas últimas semanas não são simples exageros, são o produto duma campanha intencional para semear mentiras". E implicou os Governos português, indonésio e australiano nesta campanha de propaganda.

Ao rever o relato de Stone para o público americano, o New York Times suprimiu à sua afirmação de que tinha havido "muita distorção e exagero" àcerca das destruições e eliminou totalmente a sua conclusão principal sobre as mentiras propositadas da propaganda indonésia e ocidental. O que o New York Times reteve da descrição de Stone foram as condições terríveis nos hospitais da FRETILIN (os portugueses tinham retirado o único médico que lá havia) e o mau tratamento dado aos prisioneiros pela FRETILIN. O único subtítulo do artigo dizia "provas de violência". O processo de criação da história necessária avançou mais um passo no Newsweek, que editou excertos do artigo do New York Times. De acordo com o Newsweek, Stone teria referido "devastação", "derramamento de sangue" e atrocidades da FRE-

TILIN e o seu "telegrama apoia as informações dadas por muitos dos 4 000 refugiados que já fugiram de Timor" (15 de Setembro).

Reparem cuidadosamente na transcrição. Um jornalista visita o local onde se diz terem sido cometidas atrocidades e devastações. Refere que estas notícias foram "filtradas através dos olhos de refugiados assustados e exaustos" ou então fornecidas pelos oficiais portugueses, indonésios ou australianos, os quais "tinham razões para desconfiar da FRETILIN", um movimento de independência nacional com um programa reformista moderado, de acordo com relatos directos dos observadores ocidentais. Conclui que os relatos são largamente exagerados, de facto, e em grande parte fabricações da propaganda. Após a edição do New York Times que elimina a sua conclusão principal e modifica as outras, a Newsweek conclui que ele verificou que os relatos eram verdadeiros. Assim o público leitor é reforçado na crença de que aquele que o Newsweek chama "o partido marxista FRETILIN" está decidido a cometer atrocidades e que os movimentos de libertação devem ser olhados com horror. Está montado o palco para a aquiescência geral quando as forças militares da Indonésia, apoiadas pelos E.U., invadem para"restaurar a ordem". Estas formas de manobrar as notícias têm persistido até hoje, salvo raras excepções.

Desde princípios de Setembro até 7 de Dezembro de 1975, Timor-Leste foi efectivamente administrado pela FRETILIN. Durante todo este período, houve no território jornalistas australianos acreditados, bem como visitantes australianos que fizeram relatos favoráveis deste breve interlúdio de semi-independência. James Dunn, que é talvez o mais bem colocado observador ocidental, com uma longa experiência em Timor, chefiou uma missão de ajuda australiana em Outubro e referiu que a administração da FRETILIN estava a funcionar efectivamente e "gozava de um vasto apoio da população, incluindo anteriores partidários da UDT". O parlamentar australiano Ken Fry atestou no mesmo sentido perante o Conselho de Segurança da ONU. Num livro importante sobre esse período, Jill Jolliffe, que foi na altura correspondente com Timor-Leste, está de acordo com essa opinião. Até meados de Novembro, a FRETILIN pediu às autoridades portuguesas, que tinham partido próximo do fim da breve guerra civil, que regressassem para completar o processo de descolonização e durante todo este período pediu aos Governos estrangeiros que enviassem observadores e missões de esclarecimento, mas em vão.

Imediatamente após a vitória completa da FRETILIN em princípios de Setembro, a Indonésia iniciou a sua intervenção armada. Os

ataques fronteiriços da Indonésia começaram em 14 de Setembro. Em 16 de Outubro, as tropas indonésias, com alguns poucos timores em posições de apoio, tomaram a cidade de Balibo, a 10 km da fronteira. Foram mortos cinco jornalistas australianos, acontecimento que serviu efectivamente para avisar os jornalistas do que os esperava, se permanecessem após a invasão formal, como comenta Jolliffe. Testemunhas oculares relataram que durante este período os jornalistas australianos Michael Richardson, Jill Jolliffe e Roger East enviaram notícias sobre a acção militar indonésia, não tendo recebido grande atenção por parte da imprensa internacional. A cidade de Atabae caiu sob a ocupação indonésia em 28 de Novembro, após duas semanas de bombardeamento intenso. A expansão dos ataques indonésios e a ausência de reacção estrangeira levaram a FRETILIN a decidir proclamar a independência, há precisamente 3 anos, em 28 de Novembro de 1975.

Esperava-se nessa altura uma invasão da Indonésia em grande escala. Sem dúvida que os EUA e a Austrália sabiam o que estava para acontecer. A fuga de telegramas diplomáticos fez com que a imprensa australiana revelasse que em Agosto de 1975 o embaixador australiano em Jakarta tinha informado o seu Governo de que o Departamento de Estado norte-americano dera instruções à embaixada em Jakarta "para reduzir as suas informações sobre Timor" e que o embaixador dos E.U. exprimira a opinião de que "os E.U.A. deviam manter-se afastados da situação do Timor português e deixar que os acontecimentos seguissem o seu curso", apesar da influência dos E.U., devido à necessidade que a Indonésia tinha de apoio militar americano. Em Outubro, o embaixador australiano aconselhou o seu Governo a "que o conhecimento pela Austrália da intervenção indonésia devia ser ocultado" para evitar complicações com a Indonésia. A diferença principal entre a Indonésia e os E.U. a esse respeito é quenos E.U. o encobrimento prossegue na imprensa também; é claro que a cumplicidade dos E.U., através de ajuda militar e outra, é grande.

O Governo dos E.U. afirma a sua ignorância em relação àquilo que estava a acontecer durante esse período e as informações noticiosas aderem de perto à propaganda indonésia. A figura simpática da administração da FRETILIN dada pelos observadores ocidentais independentes não foi referida em parte alguma e esse período é descrito como sendo um período de desassocego civil contínuo. Por exemplo, David Andelman, do New York Times, informou de Jakarta em 26 de Novembro que os indonésios "apontam para a sua política de não comprometimento em relação à guerra civil, que está a submergir o Timor português" enquanto contratorpedeiros indonésios "cruzam as águas à volta de Ti-

mor, a fim de evitar a infiltração por mar de armas para os rebeldes de esquerda que tomaram o controle da colónia em Agosto passado". De facto, não havia guerra civil e não tinha havido guerra nos dois meses anteriores, mas sim uma limitada incursão indonésia e, na altura em que Andelman escrevia, Atabua tinha estado sob bombardeamento naval durante 12 dias e caiu sob as forças indonésias passados dois dias. Andelman escrevia que as forças indonésias "mostravam uma moderação notável, porque aquilo que está em jogo (é a ajuda militar)". De facto, esta moderação notável só existiu nas páginas do importante jornal americano. Esta notícia é bastante típica da cobertura dada pela imprensa a este período.

Como já foi referido, a invasão da Indonésia em 7 de Dezembro deu-se imediatamente após a partida do Presidente Ford e de Henry Kissinger de Jakarta. O New York Times referiu em 8 de Dezembro que "indonésios ocupam Timor português após incursão". De facto, as forças indonésias ocupavam apenas a cidade de Dili, cidade essa que tinham tomado com considerável barbarismo. A diferença é significativa. O Governo dos E.U.A. tem afirmado constantemente que a luta está praticamente terminada, de modo que será melhor aceitar a anexação indonésia como um facto real. O Times também noticou falsamente que a guerra civil (que tinha terminado em princípios de Setembro) tinha prosseguido até à "incursão" e que a Indonésia não tinha estado a dar "qualquer assistência material às forças anti-FRETILIN".

O New York Times persistiu nas mesmas distorções num editorial onde condena a agressão da Indonésia, afirmando que "para sermos justos, houve provocação na declaração unilateral de independência, no mês passado, pela esquerdista Frente Revolucionária por um Timor-Leste Independente, conhecida por FRETILIN, que parecia estar a ganhar a guerra civil contra as forças pró-indonésias até que Jakarta decidiu intervir". É de recordar que a Indonésia não tinha "capturado" Timor-Leste mas sim ocupava apenas a capital. A FRETILIN não "parecia" estar a ganhar a guerra civil mas já a tinha ganho em princípios de Setembro, altura em que a Indonésia iniciou a sua intervenção, a qual não foi em apoio das "forças pró-indonésias" mas de si própria. Os editorialistas do Times não explicaram porque é que a declaração de independência foi uma "provocação" para a Indonésia, a qual não tinha quaisquer direitos sobre Timor-Leste e não dizem nada sobre as "provocações" indonésias nos meses anteriores. O Times também acrescenta que "os verdadeiros derrotados são os 620 000 habitantes do Timor português, cujos interesses e desejos têm sido ignora-

dos por todas as partes neste assunto deplorável" - incluindo as forças da independência. Será que os preocupados comentadores britânicos exprimiram sentimentos semelhantes em Julho de 1776?

O Governo dos E.U. afirma que suspendeu a ajuda militar a Indonésia desde Dezembro de 1975 até Junho de 1976. Isto é uma fraude, tal como a pretensa ignorância do que se estava a passar. A ajuda militar durante este período foi de facto superior ao que fora inicialmente proposto ao Congresso pelo Departamento de Estado e tem vindo a aumentar desde essa altura. Além disso, fizeram-se pelo menos quatro novas ofertas durante esse período, em contradição expressa com o testemunho dado no Congresso pelos representantes do Departa mento de Estado e do Pentágono, incluindo fornecimentos e peças para os OV-10 Bronco que foram "especialmente concebidos para operações contra adversários sem armas anti-aéreas eficazes e totalmente inúteis para a defesa da Indonésia contra um inimigo estrangeiro", como foi atestado no Congresso pelo professor da Universidade de Cornell, Benedict Anderson, que acrescentou que esta política tem continuado sem alterações substanciais durante toda a administração Carter. A "suspensão do auxílio" era secreta, tão secreta que o Governo da Indonésia nunca foi informado de tal suspensão. Pratic mente nada disso foi alguma vez discutido nos meios de comunicação nacionais.

No seu testemunho no Congresso, o vice-consultor jurídico do Departamento de Estado, George Aldrich, admitindo que os indonésios "estavam armados cerca de 90% com o nosso equipamento", mantém a afirmação de que "... nós realmente não sabemos muito. Talvez que não tivéssemos querido saber muito, mas creio que durante algum tempo realmente sabíamos". Quanto a esta "ignorância", é um facto que o Ocidente em geral e os Estados Unidos especificamente, não querem saber, preferindo que o assunto seja rapidamente "enterrado", conforme o apelo do congressista Burke, e seja esquecido bem como as valas comuns e as aldeias destruídas de Timor-Leste.

O ponto de vista oficial do Governo dos Estados Unidos é"de que a melhor maneira de resolver este assunto deve ser por entendimento entre as partes directamente envolvidas - os indonésios, os portugueses e os timores". É precisamente a legitimidade do "envolvimento" indonésio que está em causa; os portugueses opuseram-se vigorosamente ao envolvimento indonésio; o Governo timor que estava de facto a controlar o território, salvo nas áreas limítrofes, já conquistadas pela Indonésia, opôs-se à invasão e, tanto quanto se sabe, com apoio popular substancial, e continua a fazê-lo na medida em que

é capaz de resistir. Assim, a posição oficial dos Estados Unidos reduz-se à aceitação da agressão da Indonésia e às suas consequências sejam quais forem as atitudes das outras "partes directamente envolvidas" e sem dúvida independentemente das atitudes da parte principal, que é o próprio povo de Timor-Leste. Mais uma vez a imprensa mantém o silêncio a este respeito.

Quanto à entrada contínua de armas americanas, o "delegado para o país" da Indonésia no Departamento de Estado, David T. Kenney, atestou perante o Congresso que uma das finalidades era "manter a área pacificada" - isto ao testemunhar sobre a invasão indonésia em Timor-Leste. Outro representante do Departamento de Estado nas audiências de Fevereiro passado, admitiu que o conflito persiste, mas nota que "há uma certa alteração na situação" na medida em que um grande número de pessoas se deslocou duma área em que estavam"sob o controle da FRETILIN para áreas onde podiam ser protegidas pelo Governo indonésio" - ou traduzindo para uma linguagem simples: fugiram dos ataques impiedosos apoiados e encobertos pelo Governo dos Estados Unidos. O cinismo do formulário governamental só é igualado pelo da imprensa, como veremos a seguir.

Sr. Presidente, distintos delegados,

A Indonésia tenta conquistar Timor-Leste desde Dezembro de 1975, mas sem sucesso até à data. A integração formal de Timor-Leste na Indonésia em Julho de 1976, após uma farsa de "Conselho popular", foi reconhecida pelos Estados Unidos. O representante legal do Departamento de Estado, George Aldrich, declarou que "sabemos na realidade muito pouco sobre o processo de selecção destes delegados (ao Conselho popular) embora o processo em si tivesse decorrido durante a ocupação militar pela Indonésia, altura em que ocorriam combates consideráveis". De facto, os Estados Unidos sabem tudo o que é preciso saber sobre "o processo de selecção", mas é espantoso que, baseando-se na alegada ignorância, o Governo dos Estados Unidos estivesse disposto a reconhecer a "tomada de posse", embora ciente de que a luta continuava, na medida em que continuava a "renovar" o embarque de armas que nunca parou. Enquanto o Governo diz ignorar estes factos, tem uma visão clara dos interesses americanos. O consultor jurídico do Departamento de Estado declarou que os Estados Unidos não punham em questão a integração de Timor-Leste na Indonésia porque era "um facto consumado" e porque "essa posição não serviria os nossos melhores interesses em vista da importância das nossas relações com a

Indonésia", que são bem conhecidas, pelo que me dispenso de as descrever aqui.

Em Março de 1977, nove meses após a "integração", o delegado para o país da Indonésia no Departamento de Estado, David Kenney, atestou que cerca de duzentos mil a seiscentos e cinquenta mil pessoas de Timor-Leste "poderiam considerar-se em áreas sob administração indonésia", uma afirmação que contrasta vivamente com a posição do Governo, de que "a guerra acabou em princípios de 1976 e que Timor passou efectivamente a fazer parte da Indonésia". Kenney afirmou ainda que "o povo estava satisfeito com a integração". Decidiram que é do melhor interesse, de momento, a integração na Indonésia. A sua "decisão" foi expressa no fraudulento "Conselho popular". Claro que existem ainda dois terços da população que ainda não puderam exprimir a sua decisão por não estarem sob a administração indonésia - ou, para empregar os termos tão gratos ao Departamento de Estado, porque não estão ainda sob "protecção" da Indonésia.

A tentativa de conquistar Timor-Leste tem sido uma história de atrocidades crescentes, atestadas pelas declarações dos refugiados, membros da Igreja, e cartas que foram "passadas" e ainda por outras fontes. Praticamente todos os observadores independentes avaliam o número de chacinados à volta de 50 a 100 mil. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, avaliou o número de mortos em "cinquenta mil ou talvez oitenta mil" (Age, 1 de Abril de 1977). Mas, disse ele, "que significado tem isso em comparação com os seiscentos mil que querem juntar-se à Indonésia? Porquê tamanho espalhafato? É possível que tenham sido mortos pelos australianos e não por nós. Quem sabe? Foi uma guerra". (Camberra Times, 1 de Abril de 1977). O silêncio da imprensa americana em relação a essa afirmação é admirável, não menos do que o silêncio em relação ao relato dos representantes da Igreja indonésia, que são fortemente a favor da "Integração" e anti-FRETILIN, e que, após uma visita a Timor-Leste, verificaram que em fins de 1976, quinhentas mil pessoas não estavam sob o controle militar da Indonésia e que os padres locais davam uma estimativa de cem mil mortos. Os representantes da Igreja indonésia descrevem uma localidade de cinco mil habitantes, que se alega ter recebido os indonésios de braços abertos e que um ano depois só tem mil habitantes porque os outros foram para as montanhas juntar-se à FRETILIN. Referem que, dos trinta mil habitantes da cidade de Dili, o único local onde pode ter havido inicialmente alguma boa vontade em aceitar os indonésios, vinte mil querem partir para Portugal, enquanto que os outros se juntaram à FRETILIN. Estas informações, bem

como outras do mesmo teor, nunca chegaram aos meios de comunicação americanos, embora o Serviço de Investigação do Parlamento Australia no tivesse descrito o relato das autoridades eclesiásticas como "significativo e perturbador" e tivesse concluído que havia "provas cada vez maiores" de que os indonésios tinham "morto indiscriminadamente, numa escala sem prededentes após a 2ª Guerra Mundial".

Não posso passar aqui em revista todas as provas a favor deste juízo. Mas elas são vastas. Como é que a imprensa americana respondeu a tudo isto? O índice do New York Times dá-nos uma boa indicação. No ano de 1975, quando o destino das colónias portuguesas era motivo de grande preocupação no Ocidente, recebeu 6 colunas a toda a altura no índice anual. Em 1976, quando as tropas indonésias estavam a iniciar o "aniquilamento da gente simples da montanha", a cobertura noticiária baixou para meia coluna. Em 1977, quando o massacre estava a atingir proporções assustadoras, a cobertura baixou para cinco linhas.

Nas raras ocasiões em que a imprensa se dignou referir à "chacina indiscriminada sem precendentes na história do pós-guerra", tem seguido o Governo americano na pretensão de que as mortes se deram em grande parte durante a guerra civil. Em 15 de Fevereiro de 1976, o New York Times dedicou tanto como 150 palavras para relatar que "cerca de 60 000 pessoas foram mortas no Timor português desde o início da guerra civil em Agosto passado, de acordo com o vice-presidente do Governo provisório do território" - isto é, o Governo instalado pelas tropas indonésias. O relato do Times prosseguia dizendo que a FRETILIN estava a "lutar contra as forças a favor da união com a Indonésia". Recorde-se que durante a guerra civil morreram talvez entre duas e três mil pessoas, acontecimento que não foi referido pelo Times. Assim, os restantes dos sessenta mil mortos foram vítimas da invasão indonésia apoiada pelos E.U.. No que se refere às forças "que favorecem a união com a Indonésia", essas forças foram derrotadas em Setembro e não tiveram actuação significativa nos combates subsequentes. Na maior parte, de facto, estas forças não favoreciam tal união, pelo menos antes da sua derrota em Setembro de 1975, e provavelmente mesmo depois, se excluírmos os efeitos da coerção da Indonésia. É revelador o facto de o Times ter achado necessário dedicar apenas 150 palavras a este massacre, como é reveladora a falsificação dos factos e que esta notícia dissesse, sem indicação das fontes, que a "guerra estava praticamente terminada em Fevereiro de 1976". A guerra continua, enquanto a imprensa americana mantém o seu silêncio.

James Dunn apresentou provas das atrocidades indonésias nas audições do Congresso em Março de 1977, baseando-se nas suas entrevistas com refugiados timores em Portugal. O seu testemunho foi referido, mas a história morreu depressa. A imprensa americana, que é tão assídua na busca de relatos de refugiados que se refiram a atrocidades nos países que escaparam ao domínio dos EUA, ainda não entrevistou os refugiados timores; nem foram apresentados ao Congresso, embora Dunn tivesse referido que os refugiados estavam ansiosos por testemunhar. De vez em quando, os relatos da imprensa americana referem-se ao problema desses refugiados em Portugal, tomando porém o cuidado de não fazerem referências àquilo que eles dizem sobre Timor (por exemplo, N.Y. Times, 24 de Outubro de 1976).

Encontra-se de vez em quando uma indicação na imprensa de que algo de feio está a acontecer em Timor. Assim, o N.Y. Times apresentou um telegrama de 9 linhas da Reuter (1 de Março de 1977) sobre uma petição apresentada ao Presidente Carter pela maioria do Parlamento australiano "denunciando atrocidades cometidas pelas tropas indonésias" e pedindo ao Presidente Carter para "comentar publicamente a situação em Timor-Leste". Mas é claro que nove linhas foram consideradas demasiadas para um assunto de significado tão pobre. A história não chegou ao índice do N.Y. Times, porque foi excluída da edição de City Lake, que é o jornal que é gravado em microfilme para ficar para a História. Os editores e os correspondentes do Times estão demasiado preocupados em busca de provas de atrocidades comunistas para se preocuparem com o possível massacre de 100 000 timorenses às mãos de um cliente dos E.U.A. que utiliza armas americanas.

O conhecido correspondente para a Ásia do New Yorker, Robert Shapler, fez breves comentários sobre Timor-Leste nas suas "Cartas da Indonésia", em 12 de Dezembro de 1977. De acordo com a sua reconstrução da história, "as tropas indonésias intervieram algo grosseira e desastradamente, em Dezembro de 1975, numa guerra de independência que o povo de Timor-Leste estava ostensivamente a levar a cabo contra Portugal". A ideia de que os timores estavam a lutar contra Portugal é uma contribuição romanceada, mas é típico que a imprensa americana se refira ao massacre de milhares de pessoas como se fosse uma intervenção algo grosseira e desastrada. Shaplen afirma que "a chamada luta de libertação" contra Portugal, que apenas existe na sua imaginação, "se transformou numa guerra civil" entre várias facções, das quais uma "a esquerdista FRETILIN" fazia vigorosas objecções ao modo como as tropas indonésias se movimentaram para ocupar a antiga

colónia" - uma maneira interessante de referir a resistência contra a agressão indonésia. "De acordo com observadores neutros", continua Shaplen, "pelo menos dez mil timores, incluindo muitos civis, foram mortos pelas forças indonésias...". De facto, "observadores neutros" e mesmo os que são pró-indonésios e anti-FRETILIN têm repetidamente indicado números cinco a dez vezes superiores e só o Departamento de Estado dos E.U.A. é que deu a estimativa que Shapler atribui aos "observadores neutros". As suas referências sugerem que ele está apenas a passar"informações" de alguma fonte governamental identificada como "neutra", o que infelizmente é prática comum. Shapler conclui que os indonésios "não parecem particularmente perturbados pelas críticas" que lhes são feitas "por muitos países do terceiro mundo", o que é natural, visto que têm o apoio das sociedades industriais do primeiro mundo e dos seus jornalistas. Refere também uma declaração do General Suharto de que "em 31 de Dezembro (de 1977) o exército vai iniciar uma nova campanha contra a guerrilha", aspecto este que não preocupa os observadores nem os seus colegas da imprensa americana.

Um exemplo final do tipo de relato que chega aos E.U.A., é um telegrama da Reuter vindo de Dili, que se refere a uma recente visita guiada (Los Angeles Times, 27 de Setembro de 1978). O jornalista discute a "amarga guerra civil que precedeu a anexação de Timor-Leste na Indonésia": "Após a partida, em Dezembro de 1975, dos colonialistas portugueses, as forças pró-indonésias, posteriormente apoiadas por tropas indonésias regulares, derrotaram os guerrilheiros esquerdistas de independência da FRETILIN numa guerra civil que durou oito meses". Note-se que este relato é falso em todos os pormenores cruciais, embora se ajuste muito bem às necessidades da propaganda indonésia e americana. Os portugueses partiram antes do fim da guerra civil, em Setembro de 1975, e a anexação de Timor-Leste pela Indonésia, que não foi reconhecida na maior parte do mundo, deu-se dez meses depois, não após uma "guerra civil", mas após a invasão indonésia. O próprio Departamento de Estado admite que a Indonésia conquistou apenas um terço da população nove meses após esta "integração", na sequência de 15 meses de combates intensos.

Sr. Presidente, distintos delegados,

Mencionei apenas alguns dos muitos exemplos de relatos directos das atrocidades que têm sido sistematicamente excluídos da imprensa americana. Um exemplo final é um telegrama da UPI, enviado de Singa-

pura (Australian, 8 de Outubro de 1977), referindo que "30 000 soldados indonésios ainda vagueiam por Timor-Leste, matando homens, mulheres e crianças". Este relato baseou-se na informação dum jornalista-fotógrafo francês, Denis Reichle, do Paris-Match, que foi deportado de Timor após uma visita de seis dias a um esconderijo da FRETILIN nas montanhas de Timor-Leste. Ele dá uma "estimativa segura" de 70 a 75 mil timores mortos pelos indonésios no decurso destes 18 meses de guerra. Refere que os indonésios não procuravam combates com as forças da FRETILIN, mas que "liquidavam sistematicamente as populações das aldeias que se sabia ou suspeitava serem apoiantes da FRETILIN e ainda destruiam as suas fontes e linhas de fornecimento". "Disse que os missionários católicos dirigidos pelo Bispo de Atambua (no Timor indonésio) eram as únicas vozes em Timor que estavam a tentar pôr fim à "matança sistemática dos timores de Leste". O Bispo, disse ele, "tem tentado conseguir uma entrevista com o Presidente Suharto há dois meses e meio, mas até hoje o seu pedido foi ignorado" e referiu também que "um padre alemão tinha enlouquecido devido às constantes matanças ocorridas nessa área". Em contraste com os contos de fadas sobre a "guerra civil" em que "as forças pró-indonésias" tinham derrotado a FRETILIN, este relato duma testemunha ocular, dum jornalista ocidental, não chegou aos meios de comunicação americanos.

Não tendo possibilidade de fornecer alimentos e cuidados médicos a uma população de meio milhão, nas circunstâncias descritas, a FRETILIN está a encorajar os refugiados a mudarem-se para áreas controladas pelos indonésios. Segundo James Dunn, "não foi por isso surpresa saber que a FRETILIN tinha encorajado a população às vilas e aldeias sob controle indonésio".

Já verificámos como estes factos foram interpretados pelos porta-vozes do Governo dos E.U.A, que falam num fluxo de refugiados para áreas onde podem ser "protegidos" pelo exército indonésio. Mais uma vez, a imprensa adere rigorosamente às versões do Departamento de Estado. Henry Kamm referiu-se ao fluxo de refugiados no New York Times nos seguintes termos (19 de Abril de 1978): "A diminuição dos mantimentos dos guerrilheiros da FRETILIN parece ter feito com que perdessem o seu poder sobre uma parte significativa da população de cerca de 600 000 que eles têm forçado a viver sob o seu controle". Como é que Kamm sabe que a população foi "forçada a viver" sob o controle da FRETILIN? Como é que os "grupos dispersos da FRETILIN" que praticamente não existem, de acordo com o Ministério da propaganda da Indo-

nésia, podem exercer controle sobre a população? Estas questões não são postas. É uma questão de doutrina e não de factos que a FRETILIN teria "forçado" a população a viver sob o seu controlo e que ela está agora a fugir para áreas onde possa ser "protegida" pelos indonésios. É inimaginável que o distinto correspondente do New York Times - que acabou de receber o prémio Pulitzer pela sua reportagem sobre os sofrimentos dos refugiados do comunismo no Sueste Asiático na altura em que esta notícia apareceu - se pudesse referir à observação feita por Denis Reichle após a sua visita a Timor-Leste: as forças da FRETILIN "são apenas timores que preferem morrer a lutar a submeterem àquilo que consideram a escravatura indonésia".

Em estilo jornalístico semelhante, o San Francisco Chonicle informa de Jakarta (18 de Outubro de 1978) sobre o colapso iminente da FRETILIN. Baseando-se totalmente nas afirmações dos comandantes militares indonésios, apresentadas simplesmente como factos, a notícia expressa uma profunda preocupação humanitária em relação à "situação precária de milhares de aldeãos ainda sob o controle da FRETILIN ou nos campos de refugiados", principalmente daqueles que "têm medo de deixar as montanhas para onde foram obrigados a ir semear comida para a FRETILIN, tendo que abandonar os seus lares".

O galardoado com o prémio Pulitzer, especialista das vítimas do comunismo, não fornece a sua fonte de conhecimento dos pensamentos dos refugiados fugindo das regiões onde têm sido "forçados a viver" pelos "grupos dispersos da FRETILIN". Talvez tivesse sido o General Ali Murtopo, Ministro da Informação indonésio e o oficial que comandou as fases iniciais da invasão indonésia, a quem ele cita sem qualquer qualificação como dizendo que a falta de segurança que obriga a Indonésia a manter os estrangeiros afastados não é provocada pelas forças da FRETILIN (que, segundo a propaganda indonésia, para os E.U. e a imprensa americana são praticamente inexistentes) "mas devido aos sentimentos anti-estrangeiros dos timores", a origem dos quais não explicou. "Quando vêem um estrangeiro, têm preconceitos e poderiam causar problemas", disse (o General Murtopo). Os ocidentais ficam muitas vezes desconcertados com aquilo a que chamam a "xenofobia" dos camponeses e tribalistas asiáticos, fenómeno ainda não explicado pela antropologia moderna e que parece surgir entre grupos sujeitos à saturação de bombardeamentos, deslocações forçadas de populações e outros modos de "protecção" forjados pelos seus benfeitores estrangeiros.

Henry Kamm prossegue dizendo que o apoio internacional da

FRETILIN "parece estar reduzido a grupos altamente faladores de estudantes australianos esquerdistas, que fizeram de Timor-Leste um assunto semelhante ao Vietnam em que a Indonésia tem o papel da América". A sua comparação entre Timor e Vietnam é iluminadora. Embora isso tivesse passado despercebido ao especialista asiático do Times, o protesto contra as proezas indonésias em Timor inclui a maior parte dos Estados das Nações Unidas, a maioria do Parlamento australiano, o Partido Trabalhista australiano, grupos religiosos e muitos outros. Porém, com a finalidade de enterrar rapidamente a cumplicidade americana nos massacres, é conveniente para a imprensa fingir que apenas estudantes esquerdistas fazem barulho tentando suscitar oposição à invasão indonésia, como fizeram, de modo tão incómodo, durante a guerra americana no Vietnam.

Um destes contestatários é Michael Hodgan, um membro do Parlamento australiano fortemente anti-comunista, que tem denunciado especificamente a tentativa de identificar a oposição à agressão indonésia com uma conspiração da esquerda. Em Fevereiro de 1977, ele escrevia que "para nós, como australianos, enterrarmos a cabeça na areia e virarmos as costas àquilo que se alega ter acontecido, seria um acto de cobardia moral nacional... as gerações futuras teriam que sofrer a mesma vergonha e desonra que os cidadãos da Alemanha nazi que ignoraram Auschwitz..." Mais verdadeiro isso será para os congressistas, jornalistas e público americano, dado o papel directo da América na implementação da agressão e nas suas consequências e na construção de um muro de silêncio à volta do assunto! Mais recentemente, Hodgan afirmou no Parlamento que 30 a 40 mil pessoas morreram em Timor-Leste porque os desfolhantes destruíram as suas culturas. As suas alegações mereceram 33 palavras no Manchester-London Guardian (14 de Setembro de 1978), 33 palavras mais do que as merecidas nos E.U.A., que eu saiba. O representante Donald Fraser escreveu uma carta ao Secretário de Estado Cyrus Vance em 8 de Dezembro de 1977, que citava "um relato seguro de que as forças indonésias têm utilizado atomizadores químicos sobre as culturas em áreas sob controle da FRETILIN e que os aviões americanos OV-10 estão a ser empregues para o fazer." O Departamento de Estado respondeu que a notícia era errada. A imprensa não estava suficientemente interessada para investigar.

Sr. Presidente, distintos delegados,

Referi anteriormente o comentário improvisado de Robert Shapler, de que a Indonésia planeava uma nova ofensiva em Dezembro de 1977. Uma reportagem do correspondente para a Ásia do Los Angeles Times, George Mac Arthur, acrescenta informações muito significativas (International Herald Tribune, 5 de Dezembro de 1977). Ele cita um diplomata ocidental como tendo dito que "os indonésios estão a fazer um inventário militar. As operações em Timor encostaram-nos à parede". As armas indonésias estão praticamente esgotadas, de acordo com a notícia, embora "de momento os guerrilheiros sejam apenas uns 600 homens". Mc Arthur não explica como é que uma guerra contra 600 homens pode esgotar as armas da Indonésia, mas talvez que as pessoas não constrangidas pelas convenções do jornalismo americano possam tirar algumas conclusões. Mc Arthur prosseguia dizendo que os negociantes de armas dos grandes países industrializados ocidentais estão a tentar encher a Indonésia de armas, acrescentando falsamente que a administração Carter "está a abrandar a venda internacional de armamento". Porém, a sua afirmação sobre os negociantes de armas ocidentais é bastante rigorosa; os principais fornecedores de armas não querem perder a oportunidade de terem um papel na gloriosa aventura de Timor-Leste, onde as armas indonésias ficaram praticamente esgotadas numa guerra contra 600 homens. Em Abril de 1978, a British Aerospace assinou um contrato com a Indonésia para fornecimentos de aviões Hawk ataque de terra/trainer, bem concebidos para contra-insurreições. O Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, numa visita a Jakarta em Setembro de 1978, referiu planos para uma venda substancial de armamento, acrescentando, em resposta a uma pergunta, que a França não colocaria a Indonésia perante qualquer posição embaraçosa nas Nações Unidas (Le Monde, 14 de Setembro de 1978). Que eu saiba, o aviso de que a França vai colaborar na tortura de Timor-Leste não levantou grande indignação neste país. Entretanto, a administração Carter tinha requisitado um apreciável aumento do auxílio militar à Indonésia para o ano fiscal de 1978 (New York Times, 17 de Julho de 1977).

Para terminar este estudo, vamos voltar ao relatório dos Direitos Humanos do Departamento de Estado. No relatório de Março de 1977, que cobre o período em que a Indonésia levou a cabo o seu ataque assassino, não há qualquer menção de Timor. A omissão é rectificada noutro relatório, de 1978, que refere as alegações de genocídio em Timor como se segue, in toto:

"Levantaram-se questões sobre atrocidades das tropas indonésias em Timor-Leste em 1975 e 1976, antes da incorporação de Timor-Leste na Indonésia. O Governo indonésio retirou e castigou as unidades culpadas de excessos individuais, mas parece que a maior parte das perdas de vidas humanas se deu antes da intervenção da Indonésia".

Esta afirmação final é uma vergonhosa mentira. Não menos vergonhosa é a recusa de se admitir sequer que se tenham levantado questões de atrocidades após Julho de 1976, não tendo em conta que há provas substanciais a favor das alegações de atrocidades em massa e que o Governo americano está a participar nelas, e de que, com a cumplicidade da imprensa, está preocupado em "enterrar" o assunto o mais rápida e completamente possível.

O facto de o relatório do Departamento de Estado ter sido "amável em relação às atrocidades cometidas em Timor-Leste, afirmando que a maior parte das vídas foram perdidas antes da intervenção indonésia na antiga colónia portuguesa", foi noticiado pelo New York Times (10 de Fevereiro de 1978). Nem os jornalistas nem os editores comentaram a falsidade crassa desta afirmação nem o significado deste encobrimento, como também não mencionaram que a administração Carter tinha aumentado o auxílio militar à Indonésia.

As Nações Unidas têm avisado repetidas vezes o Governo da Indonésia para retirar as suas forças armadas de Timor-Leste, de modo a que o povo do território possa "exercer livremente o seu direito à auto-determinação e independência". O voto mais crucial foi o que se verificou logo após a invasão da Indonésia. Os E.U.A. abstiveram-se. Num telegrama de 23 de Janeiro de 1976, intitulado "os blocos estão a quebrar-se", o embaixador para as nações Unidas, Daniel P. Moynihan, orgulhou-se dos "consideráveis progressos"das tácticas dos E.U. nas Nações Unidas "no sentido de um objectivo básico da sua política externa, o de quebrar os blocos maciços das nações, principalmente nações jovens, que há muito tempo se juntam contra nós nos forums internacionais...". Citou especialmente o voto da Assembleia Geral sobre Timor, em que "os não-alinhados estavam também divididos na votação". Esta divisão e a abstenção dos E.U. foram significativas. Como o Professor Thomas Franck, da Faculdade de Direito da Universidade de Nova York, atestou perante o Congresso, ela enviou um claro sinal à Indonésia de que as Nações Unidas não tinham a vontade política de se opôr à acção de Jakarta e de que os E.U. se fariam surdos aos pedidos dos timores para beneficiarem do direito nor

mativo internacional firmemente estabelecido de auto-determinação.

O registo subsequente demonstra que esta observação estava correcta. Não vou rever o registo das Nações Unidas, mas quero apenas apontar que, dois anos mais tarde, os E.U. votaram contra uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas pedindo que o Comité Especial sobre a Descolonização enviasse uma missão ao território. Este voto foi também significativo, dado o facto de que a Indonésia estava a preparar uma nova ofensiva militar naquela altura. Os E.U. juntaram-se ao Japão e aos outros países que, segundo referiu o Christian Science Monitor, "procuram relações políticas e económicas mais estreitas com a Indonésia" (8 de Dezembro de 1977).

Claro que este comentário é crucial. As vantagens económicas oferecidas pelas boas relações com a Indonésia explicam porque é que o mundo exterior está decidido a enterrar a tragédia de Timor-Leste, que continua a desenrolar-se rápida e completamente.

Sr. Presidente, distintos delegados,

Vou concluir estas observações oferecendo uma comparação que, creio, proporciona algum discernimento dos modos como os meios de comunicação ocidentais "contribuem efectivamente para a promoção dos direitos humanos". As palavras são da declaração da UNESCO. O período das alegadas atrocidades indonésias em Timor-Leste vai desde os fins de 1975 até à data. As provas fornecidas por fontes neutras e mesmo pró-indonésias e anti-FRETILIN sugerem que o número de chacinados durante este período estão na vizinhança de 50 mil a 100 mil. Claro que há outro país nessa região onde têm sido alegadas atrocidades desse tipo, nomeadamente o Cambodja, onde os críticos mais severos afirmam terem sido mortas cerca de 100 mil pessoas desde Abril de 1975. Além disso, os mesmos críticos alegam que pelo menos um milhão de pessoas terão morrido de fome e doença. Embora a imprensa ocidental esconda cuidadosamente este facto, estas mortes podem ser em grande medida atribuídas à América. Comparando Timor-Leste e o Cambodja, veremos que o período das atrocidades alegadas é o mesmo, o número de mortos pode ser grosseiramente comparado em termos absolutos e é 5 a 10 vezes superior em Timor-Leste, em função da população. Mais ainda, as provas são bastante comparáveis; tenho revisto ambos os casos com bastante pormenor e a minha conclusão pessoal é que as fontes no caso de Timor Leste têm maior credibilidade que as que receberam uma massiça publicidade internacional no caso do Cambodja, embora haja menos fontes de informação no caso de Timor-Leste,

porque o Ocidente prefere o silêncio e desculpas.

Temos dois exemplos emparelhados de alegações comparáveis a respeito de violações graves de direitos humanos. Para os ocidentais, preocupados com os direitos humanos, é claro que o caso de Timor-Leste é de significado muito mais importante. Seja qual fôr a situação no Cambodja, está fora do alcance dos activistas ocidentais dos direitos humanos. Mas o caso de Timor-Leste é radicalmente diferente. Mesmo uma mostra de descontentamento da grande potência que fornece 90% das armas utilizadas na invasão indonésia e que continua a fornecer material e apoio diplomático à Indonésia para as suas depredações enquanto vai tentando encobri-las provavelmente teria efeitos significativos e o mesmo se poderá dizer das outras potências que se esforçam por enterrar o assunto o mais rápida e completamente possível, enquanto tentam colaborar na chacina, sendo eles próprios também fornecedores de armas. Para ocidentais que falam de direitos humanos com uma preocupação moral genuína, é então bastante óbvio que o caso de Timor-Leste deve ser um ponto de muito maior atenção que as alegadas atrocidades no Cambodja.

Por isso é muito instrutivo comparar a reacção ocidental a estes dois casos. No caso do Cambodja, as histórias sobre atrocidades e repressão foram ansiosamente utilizadas pelos meios de comunicação ocidentais e foi oferecida uma maciça publicidade internacional, além de terem sido embelezadas por especulações substanciais, facto este bem documentado. No caso de Timor, em dramático contraste, a imprensa não mostrou qualquer interesse em descobrir ou expôr o que poderá ter acontecido, pelo contrário. À parte a Austrália, tem havido um silêncio quase total. Nas raras ocasiões em que a imprensa se refere a Timor, apresenta os factos fornecidos pelas agências de propaganda indonésia ou pelo Departamento de Estado, ou então relata a perversidade da resistência que força o povo a viver sob o seu controle.

A diferença da reacção internacional é reveladora. Muito especificamente, revela como é oco e hipócrita o clamor ocidental sobre os "direitos humanos". Ensina-nos alguma coisa sobre o significado da busca preocupação em relação aos "direitos humanos" que se mudou para o centro do palco precisamente na altura em que o brilho das ideologias clássicas colonialista e intervencionista começa a escurecer.

As nações do mundo e os jornalistas honestos das sociedades livres não são obrigados a aderir a estas práticas e doutrinas. Podem exigir que a Cruz Vermelha internacional, observadores das Nações Uni

das e jornalistas independentes sejam admitidos em Timor-Leste e que seja suspenso o fornecimento de armas à Indonésia, de modo a que os invasores sejam forçados a cessar os seus ataques selvagens e que o povo de Timor possa finalmente exercer o seu direito à auto-determinação.